



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

Anexo

ANEXO I-G DO TERMO DE REFERÊNCIA - PREGÃO 90043/2024

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

1. Este Anexo traz as condições específicas aplicáveis aos **serviços contínuos de apoio administrativo na área de condução de veículos oficiais (motoristas)**, complementando as condições gerais indicadas no Termo de Referência.

CAPÍTULO II - POSTOS DE TRABALHO

1. Para dar cumprimento aos serviços especificados, a Contratada deverá colocar à disposição do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul o (s) posto (s) de trabalho indicado (s) no quadro abaixo:

Item	Categoria funcional	Local de prestação dos serviços	Jornada de trabalho semanal	Qtde. de postos de trabalho
6	Motorista	Fórum Eleitoral de Campo Grande Seção de Transporte Rua Delegado José Alfredo Hardman, n.º 180, Jardim Veraneio – Campo Grande/MS	44 horas	6

2. Além dos postos indicados no quadro acima, a Contratada deverá colocar à disposição do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul postos temporários, a serem utilizados em ano eleitoral, conforme indicado no quadro seguinte.

Item	Categoria funcional	Periodicidade	Qtde. de postos de trabalho por localidade	Qtde de postos de trabalho
			Fórum Eleitoral de Campo Grande Seção de Transporte	Total
6.b	Motorista	6 meses (julho a dezembro de ano em que ocorrerem eleições)	3	3

3. Os postos de MOTORISTA estão sob supervisão e coordenação da Seção de Transporte - SETRAN.

CAPÍTULO III - QUALIFICAÇÃO MÍNIMA DAS PRESTADORAS / DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

1. No que concerne à qualificação da prestadora / do prestador de serviços a ser alocada (o) no posto de trabalho da categoria de **motorista**, deverão ser atendidos os seguintes requisitos mínimos:

- a) idade mínima: 18 (dezoito) anos;
 - b) nível de escolaridade: ensino médio completo; e,
 - c) capacitação profissional: habilitação para condução de veículos nas categorias 'D' ou 'E'.
2. A comprovação do atendimento aos requisitos mínimos indicados nas alíneas 'a', 'b' e 'c' da cláusula 1 deverá ser feita até 3 dias úteis anteriores à data prevista para início da prestação dos serviços e se dará conforme segue:
- a) idade mínima: apresentação de documento oficial com foto, em que conste a data de nascimento;
 - b) escolaridade: apresentação de certificado de conclusão do ensino médio, ou documento equivalente; e,
 - c) capacitação profissional: apresentação de carteira nacional de habilitação de categoria "D" ou "E", devidamente válida.
3. A apresentação das comprovações de atendimento aos requisitos mínimos é de responsabilidade da Contratada, ficando sujeita a sanção administrativa em caso de atraso na comprovação e à obrigação de substituição da (o) profissional, caso não venha a comprovar o atendimento.
4. A Contratada ficará obrigada a substituir a (o) profissional que venha a demonstrar desempenho considerado insatisfatório pelo Contratante, no que concerne à qualificação profissional.
5. Nas situações de substituição temporária de prestadora / prestador de serviços, decorrente de fruição de férias ou outros afastamentos, a prestadora / o prestador de serviços substituta (o) deverá atender aos requisitos mínimos indicados nas alíneas 'a', 'b' e 'c.1' da cláusula 1.

CAPÍTULO IV - ATRIBUIÇÕES DOS POSTOS DE TRABALHO, FÉRIAS E AFASTAMENTOS EVENTUAIS

1. Os serviços de apoio administrativo na área de **condução de veículos oficiais (motoristas)** compreendem as atividades relacionadas abaixo, dentre outras descritas no rol de atividades constantes da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO (disponível em <https://cbo.mte.gov.br/cbosite/pages/home.jsf>).
- a) Conduzir veículos oficiais do TRE/MS, em deslocamentos urbanos e rodoviários;
 - b) Realizar, além do transporte de pessoas, entregas de volumes como equipamentos, materiais, documentos, processos e qualquer tarefa semelhante;
 - c) Realizar verificações e manutenções básicas do veículo;
 - d) Manter o veículo suficientemente abastecido (seguindo as normas internas para abastecimento), levantando os dados referentes aos níveis de combustíveis e lubrificantes;
 - e) Preencher o Relatório de Atividades (controle de tráfego) registrando as seguintes informações: hora de saída e chegada, quilometragem percorrida, destino, natureza do serviço, requisitante do serviço e outras informações necessárias, conforme modelo a ser fornecido pela fiscalização do contrato;
 - f) Demais atividades concernentes ao objeto da contratação.
2. A concessão de férias, licenças, folgas e descansos semanais, atribuídos às prestadoras / aos prestadores de serviços alocadas (os) nos postos de trabalho, será

de inteira responsabilidade da Contratada, devendo ser mantido sempre o quantitativo determinado na cláusula 1 do Capítulo II deste Anexo, ressalvadas as situações indicadas a seguir.

2.1. A concessão de férias às prestadoras / aos prestadores de serviços alocadas (os) nos postos de trabalho objeto desta contratação poderá se dar em etapa única ou em parcelas, de acordo com a legislação vigente e o plano de férias elaborado pela Contratada e aprovado pelo Contratante, observadas as seguintes condições:

a) 4 (quatro) postos de trabalho terão etapa de férias com início em 20/dez, ou no primeiro dia útil posterior, e término em 6/janeiro; e;

b) o remanescente de férias dos 4 (postos) postos mencionados na alínea 'a' acima, bem como as férias dos outros 2 (dois) postos de trabalho, serão fruídos em períodos distintos do indicado na alínea 'a' acima e, também, entre si;

c) não será admitida a fruição de férias no período eleitoral, que compreende os meses de julho a novembro de ano em que devam ocorrer eleições gerais ou municipais.

2.1.1. O disposto nas cláusulas 2.1.a e 2.1.b visa a que o período de fruição de férias de parcela das prestadoras / dos prestadores de serviços seja coincidente, em parte, com o recesso da Justiça Eleitoral (de 20/dezembro a 6/janeiro de cada ano), período em que não há demanda pelos serviços, ou esta é reduzida; bem como, que nos demais períodos haja, ao menos, cinco postos de trabalho ativos.

2.1.2. Não haverá a substituição de prestadora / prestador de serviços durante o período de fruição de férias, razão pela qual a empresa interessada não deverá incluir em sua planilha de formação de preços os custos relativos a essa substituição.

2.2. O disposto nas cláusulas 2 e 2.1 não se aplica aos postos temporários, posto que não se preveja fruição de férias durante o período de disponibilidade desses postos.

3. No caso de afastamento eventual de prestadora / prestador de serviços, como exemplos: faltas, licenças médicas, etc., observar-se-á a regra geral fixada no Termo de Referência.

CAPÍTULO V - DESLOCAMENTOS (VIAGENS) A SERVIÇO

1. Prevê-se que a prestação dos serviços de motorista implique em deslocamentos de colaboradoras (es) para outros municípios, com ou sem pernoite fora da sede (Campo Grande).

2. Observar-se-ão as regras fixadas nas cláusulas 3.28 a 3.36 do Termo de Referência - Anexo I.

CAPÍTULO VI - MULTAS DE TRÂNSITO E SINISTROS

1. Em caso de aplicação de multa por infração de trânsito cometida por prestadora / prestador de serviços alocada (o) em posto de trabalho de motorista, a Contratada ficará responsável pelo pagamento do valor correspondente à multa aplicada.

1.1. Recebido o auto de infração, o Contratante, por intermédio da Seção de Transporte, comunicará:

a) à prestadora / ao prestador de serviços responsável pela condução do veículo na ocasião do cometimento da infração, para que, assim desejando, recorra da aplicação da multa;

b) à Contratada, para ciência;

1.2. Confirmada a aplicação da multa, a Seção de Transporte encaminhará à Contratada o documento para fins de pagamento do valor da multa.

1.2.1. A Contratada deverá encaminhar o comprovante de pagamento ao Contratante, para fins de acompanhamento da baixa da multa pelo Órgão de Trânsito responsável.

1.3. Caso a Contratada não efetive o pagamento da multa dentro do prazo fixado, o Contratante fará o pagamento e efetuará o desconto do valor correspondente do montante devido à Contratada pela prestação dos serviços.

2. Em caso de sinistro (acidente) com veículo oficial conduzido por prestadora / prestador de serviços da Contratada, esta ficará responsável pelo pagamento do valor correspondente ao reparo do veículo oficial, bem como, dos demais danos causados ao Contratante ou a terceiros decorrentes do sinistro, em consonância com o previsto no art. 120 da Lei n.º 14.133/2021.

2.1. Ocorrendo sinistro, o Contratante, por intermédio da Seção de Transporte, comunicará à Contratada o fato e fornecerá as informações de que dispuser, para que a Contratada possa adotar as providências sob sua responsabilidade.

2.2. O disposto na cláusula 2 não obsta que a Contratada ingresse contra terceiro, a quem seja atribuída a responsabilidade do sinistro, com vistas ao ressarcimento das despesas efetuadas.

CAPÍTULO VII - FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

1. Não há previsão de fornecimento de materiais e de equipamentos pela Contratada para a prestação dos serviços de apoio administrativo na área **condução de veículos oficiais (motoristas)**.

CAPÍTULO VIII - UNIFORMES E CÓDIGO DE VESTUÁRIO

1. A Contratada deverá fornecer, no mínimo, os seguintes itens de uniformes às suas prestadoras / aos seus prestadores de serviços alocadas (os) nos postos de trabalho de motoristas.

Item	Descrição do uniforme
1	Calça/Saia, modelo social, confeccionada em tecido gabardine, oxford ou similar, com elastano (para maior conforto e mobilidade), de cor discreta (azul marinho, preta, grafite, etc.).
2	Camisa / camiseta, modelo social, manga longa, confeccionada em algodão ou tecido misto, de cor discreta (creme, branca, azul clara, etc.).
3	Terno / paletó / blazer, confeccionada em tecido gabardine, oxford ou similar, conforme a cor da calça/saia fornecida.

2. Em complemento aos itens de uniforme indicados acima, as prestadoras / os prestadores de serviços alocadas (os) nos postos de trabalho da presente contratação deverão observar o seguinte código de vestuário.

a) uso de meias, do tipo social;

b) uso de cinto, tipo social;

c) uso de calçados:

c.1) no caso de prestador de serviços do sexo masculino, o calçado deverá ser sapato fechado, do tipo social;

c.2) no caso de prestador de serviços do sexo feminino, o calçado deverá ser, preferencialmente, sapato fechado, do tipo social, facultando-se o uso de sandália feminina;

c.3) não será permitido o uso de chinelos, tênis ou assemelhados;

c.4) o calçado deverá proporcionar segurança e estabilidade para o acionamento dos pedais do veículo;

d) uso de gravata, no caso de prestador de serviços do sexo masculino;

e) o uso de terno / paletó / blazer e gravata será requerido nas ocasiões de solenidades em geral, condução de autoridades e outras em que se fizer necessário;

f) Em dias frios, as prestadoras / os prestadores de serviços poderão fazer uso de casacos, jaquetas e assemelhados, de cores e padrões discretos.

3. Observar-se-ão as regras gerais fixadas nas cláusulas 3.57 a 3.71 do Termo de Referência - Anexo I, no que não conflitarem com as regras específicas aqui previstas.

Lucinaldo Barbosa dos Santos

Integrante Demandante

Graziela Gonçalves Silva Jurado

Integrante Administrativo

Luis Maciel Malves da Silva

Integrante Técnico

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO



Documento assinado eletronicamente por **GRAZIELA GONÇALVES SILVA JURADO, Chefe de Seção**, em 12/12/2024, às 11:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1792480** e o código CRC **5361F768**.



0009534-45.2024.6.12.8000

1792480v2